

---

# DO GOLPE DE 1964 AO "MILAGRE BRASILEIRO": A CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA (CAMDE) AÇÃO POLÍTICA E IMAGINÁRIO COLETIVO

**Janaina Martins Cordeiro**

Professora Adjunta de História  
Contemporânea da Universidade Federal  
Fluminense

janainamcordeiro@gmail.com

Recibido 20.09.2016  
Aceptado 04.10.2016

**Para citar este artículo:** Cordeiro, J. (2016). Do golpe de 1964 ao "milagre brasileiro": a campanha da mulher pela democracia (CAMDE). Ação política e imaginário coletivo, *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales, número especial Vol. 1*, pp. 49 - 69. Recuperado en <http://iberoamericasocial.com/do-golpe-1964-ao-milagre-brasileiro-campanha-da-mulher-pela-democracia-camde-acao-politica-e-imaginario-coletivo/>

**Resumo:** Este artigo propõe analisar dois momentos fundamentais para a compreensão da história da ditadura civil-militar brasileira: primeiramente, o período compreendido entre o golpe de 1964 e a gradual institucionalização do regime ao longo do governo do Marechal Castello Branco (1964-1967). Em seguida, a conjuntura do governo do General Emílio Médici (1969-1974). A proposta é analisar os processos de conformação do pacto social em torno do regime nestes momentos, buscando compreender o que aproxima e, em particular, o que diferencia as formas de organização do consenso social nestas duas conjunturas. Para tanto, tomo como referência a análise da trajetória do grupo feminino Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), associação profundamente marcada pela luta contra o comunismo e “em defesa da família e da Igreja”.

**Palavras-chave:** ditadura; Brasil; direitas; mulheres; consenso

**Abstract:** This paper aims to analyze two important moments for understanding the history of Brazilian civil-military dictatorship: at first, the period between the 1964 coup d'état and the gradual institutionalization of the regime over Marshal Castello Branco government (1964-1967). Then, I will consider the government of General Emilio Medici (1969-1974). The proposal is to analyze the ways of organization of the social consensus under the regime in these times, trying to understand what approaches and in particular, what differentiates these two periods. Therefore, I take as a reference the analysis of the trajectory of a group called Women's Campaign for Democracy (CAMDE), an association deeply marked by the struggle against communism and “in defense of the family and the Christian Church.”

**Keywords:** dictatorship; Brazil; right wing; women; consensus

Primeiro de agosto de 1962. Na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, no Rio de Janeiro, o público presente na boate *Au Bon Gourmet* aguardava para assistir ao show *Encontro*, que reuniria, em primeira e única apresentação, João Gilberto, Vinícius de Moraes, Tom Jobim e Os Cariocas. O evento logo se tornaria um marco na história da Música Popular Brasileira e da Bossa Nova, em particular. Ali, foram tocadas, pela primeira vez, canções como “Só danço samba”, “Insensatez”, “Ela é carioca” e “Samba do avião”<sup>1</sup>. Mais importante, o show entraria para os anais da música popular brasileira como marco do nascimento, para o público, de *Garota de Ipanema*, parceria de Tom e Vinícius, executada naquele dia nas vozes dos próprios e de João Gilberto.

A música transformou-se, rapidamente e pelo mundo afora, em uma espécie de símbolo da Bossa Nova. No Brasil, tornou-se mais que isso. Não apenas a síntese de um bairro, Ipanema, mas em algum sentido, a própria autoimagem da modernidade brasileira entre fins dos anos 1950 e início da década de 1960: cosmopolita, moderno e alegre, onde a atmosfera eufórica e reconfortante dos *anos dourados*, se fazia presente mais que em qualquer outro lugar.

De acordo com Andrea Queiroz, as décadas de 1960 e 1970 “representaram não somente a notoriedade de Ipanema, mas, acima de tudo, a disseminação de seu *modus vivendi* para a cidade, para o país e para o mundo”. A partir de então, a representação cosmopolita do bairro tendeu a ganhar espaço na memória não apenas dos seus moradores, mas de maneira mais ampla, no imaginário coletivo nacional. A Ipanema provinciana, presente ainda em algumas representações sobre aquele espaço, foi suplantada pela imagem do bairro como “paradigma de vanguarda cultural, não apenas local, mas, sobretudo, nacional” (Queiroz, 2012: 9). Nesse sentido, Ipanema foi celebrada como o berço de alguns dos movimentos culturais mais importantes do período: da Bossa Nova ao Cinema Novo, tudo passava pelos bares e areias da região.

A partir de 1964 e ao longo da ditadura, somou-se a esta imagem a da resistência ao regime. Ela podia manifestar-se através da oposição direta à ditadura – a partir da década de 1970, por exemplo, a imagem da “*intelligentsia* ipanemense” passou a estar muito associada também aos jornalistas de *O Pasquim*, semanário que nascera no bairro em fins dos anos 1960; ou a partir de práticas de transgressão dos costumes, comuns no bairro, mas que durante a década de 1970, ganhariam novas possibilidades no contexto de ascensão de movimentos contraculturais.

Mas Ipanema não era apenas aquela da boemia bossanovista ou a da contestação do Cinema Novo; tampouco, era exclusivamente aquela do deboche de *O Pasquim* ou a experimentação contracultural que tinham espaço naquela estreita faixa de terra que se supunha sintetizar o Brasil moderno e cosmopolita. Ao contrário, não muito longe do Veloso – o famoso bar de onde Tom Jobim e Vinícius de Moraes avistaram “sua” garota –, localizava-se a Igreja e a Paróquia de Nossa Senhora da Paz. Foi ali, que nasceu, em 1962 e sob as bênçãos do Frei Leovigildo Balestieri, uma associação feminina preocupada com os “rumos do país” e com os perigos da “infiltração comunista” no Estado e em outras instituições.

1 Ver o verbete sobre Vinícius de Moraes, no Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira: <http://www.dicionariompb.com.br/vinicius-de-moraes/dados-artisticos>. Acesso realizado em 22/11/15.

No seio da Ipanema cosmopolita e transgressora, foi fundada a Campanha da Mulher pela Democracia, empenhada em reafirmar o lar como espaço preferencial de atuação feminina. Nesse sentido, penso que seja importante chamar atenção para esse paradoxo aparente que Ipanema pode representar. No livro *Ela é carioca*, espécie de enciclopédia do bairro, o cronista Ruy Castro assim se refere ao local:

Com esse elenco, Ipanema foi o berço ou palco de várias revoluções no comportamento, na moda, nas artes plásticas, no cinema, na música popular, na imprensa e em outros quesitos fundamentais. Ipanema mudou o jeito de o brasileiro escrever, falar vestir-se (ou despir-se) e, talvez até de pensar. Foi também pioneira no sexo sem culpa,(...). E, apesar da aura de futilidade que a cercava, foi um permanente reduto de oposição. (CASTRO, 1999, p. 11-12)

De maneira geral, é este o tipo de narrativa que tende a predominar como memória coletiva sobre as décadas de 1960 e 1970 em Ipanema, no Rio de Janeiro, no Brasil. Ao longo do período de redemocratização no país, ganhou força uma visão conciliadora sobre o passado recente que se caracterizava pela celebração de uma suposta tradição democrática nacional e, portanto, a rejeição da ditadura. Mais que isso, tratava-se de enquadrar as memórias sobre a ditadura em um amplo contexto de reconciliação nacional. Sob este aspecto, a descrição elaborada por Castro sobre Ipanema é bastante representativa de tais processos: ao exaltar o bairro como berço de revoluções comportamentais e artísticas, como “reduto permanente” da oposição, silencia-se sobre uma outra Ipanema: aquela das classes médias conservadoras e elitistas, guardiãs de instituições tradicionais como a Igreja e a família. Não porque a existência desta segunda Ipanema seja ignorada ou desconhecida, mas antes, trata-se de um processo deliberado de escolha por não mais se falar a respeito de determinados comportamentos, que se tornaram, no presente, difíceis de serem aceitos. Trata-se, portanto, da escolha de determinadas narrativas em detrimento de outras – a Ipanema/Brasil da boemia e da contestação política e não a Ipanema/Brasil conservadora e tradicionalista –, como se ambas se excluíssem.

Hoje, a cidade do Rio de Janeiro passa por novo processo de reformas urbanas, evidenciando as queixas de moradores daquela região quanto à possível “popularização” do bairro. Ao mesmo tempo, o país vive uma crise política que traz à tona não apenas pautas, mas também tradições conservadoras. Não seria, portanto, o caso de buscar compreender criticamente os valores e culturas políticas daqueles ipanemenses que não compunham o “elenco” e o “palco” de “várias revoluções no comportamento”? Ao contrário, poderia ser um exercício interessante para compreender nossas tradições conservadoras nos voltarmos para as senhoras da Igreja Nossa Senhora da Paz. Não em detrimento das *garotas de Ipanema*, mas antes, para compreender como esses “dois bairros” aparentemente distintos conviviam entre si e se entrelaçavam, sintetizando a modernidade conservadora que se esboçaria a partir da consolidação da ditadura.

\*\*\*

É sob este aspecto que este artigo busca recuperar o sentido da militância política das mulheres que se reuniram em 1962 para formar a Campanha da Mulher pela Democracia, a CAMDE. Constituída em

pleno processo de radicalização das posições durante o governo de João Goulart, sua prática política estava diretamente vinculada à preocupação com o retorno do fantasma de Getúlio Vargas e do trabalhismo, através da sombra de seu herdeiro político. Nesse sentido, sua militância refletia certa inquietação com as propostas reformistas e de ampliação da participação política das massas. Por outro lado, situada em um contexto mais amplo, pós-revolução cubana, a partir do qual a América Latina tornou-se efetivamente um dos palcos da Guerra Fria, o discurso destas mulheres reproduziam fortes preocupações anticomunistas.

A CAMDE atuou por cerca de uma década, alternando a militância política em sentido mais estrito com a realização de atividades voltadas para a filantropia. Embora seja difícil precisar a data exata do encerramento de suas atividades, tudo leva a crer que tenha ocorrido em 1974 – ano que marca a ascensão do General Geisel à presidência e o início de um longo e ziguezagueante processo de abertura política. O período de maior atividade do grupo é aquele vai de sua fundação em 1962, à edição do Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965, já sob o governo ditatorial do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

A proposta deste artigo é, para além de uma análise da atuação política da CAMDE bem como da cultura política, valores e tradições que compunham o universo de referências mentais destas mulheres, apontar alguns caminhos para refletirmos sobre a natureza – cambiante – dos processos de conformação do pacto social em torno da ditadura brasileira a partir da atuação desta associação.

Assim, para além de analisar as referências e as demandas políticas que fazem com que a atuação e a imagem da CAMDE – e de outros grupos similares – se tornem quase indispensáveis no contexto do imediato pós-golpe e mesmo reivindicadas pelo regime no sentido de legitimar a intervenção militar, gostaria de refletir também sobre o encerramento das atividades do grupo. Em vasta pesquisa realizada sobre a atuação dos grupos femininos que surgiram no Brasil durante os últimos anos do governo Goulart e o imediato pós-golpe, Solange de Deus Simões sugere que as causas do encerramento das atividades dos grupos femininos em geral, passam por questões de ordem interna, mas também estão relacionadas com os rumos tomados pela ditadura: “esta vai cada vez mais lançar mão de medidas repressivas diretas em detrimento dos empenhos de ‘legitimação’ da nova ordem social e política” (1985, p.135).

Não obstante, o momento em que a CAMDE caminha para o encerramento de suas atividades se é, por um lado, o de maior repressão do regime, é também o de maior popularidade. A primeira metade da década de 1970, quando o regime era comandado pelo terceiro dos cinco Generais-Presidente, Emílio Garrastazu Médici, e a associação vivia seu ocaso, correspondeu aos anos do chamado *milagre brasileiro*, de significativo crescimento da economia e de entusiasmo diante das possibilidades futuras. Este é o período do Tri-Campeonato Mundial de Futebol em 1970 e das celebrações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, festejados pela ditadura com pompa em 1972 (Cordeiro, 2015). Trata-se de um contexto de intensa mobilização de sentimentos cívicos e de orgulho nacional. Cabe, nesse sentido, indagarmos sobre as razões do encerramento das atividades da CAMDE em um contexto de apogeu da ditadura brasileira. O argumento de acordo com o qual o regime não precisaria mais lançar mão deste tipo de mobilização é interessante, mas não esgota a questão.

Acredito que a trajetória da CAMDE seja importante para refletirmos sobre as formas a partir das quais o acordo de aceitação do regime variou, agregando elementos distintos de acordo também com distintos contextos, ao longo de cerca de duas décadas. Sob este aspecto, o apagar das luzes da associação bem no auge de popularidade do regime indica que, se a CAMDE bem representou os primeiros anos da ditadura e o governo Castello Branco, o mesmo não ocorreu durante os anos Médici. É preciso, pois, compreender em que sentido a CAMDE representou as expectativas geradas durante o golpe e os primeiros anos do regime; que expectativas eram estas; em que sentido elas se transformaram mais tarde e por que a CAMDE não mais se identificava com elas?

Aqui, penso que as análises de Robert Gellately sobre os processos de conformação do consenso sob a ditadura de Hitler na Alemanha podem ser interessantes para refletirmos sobre a natureza do pacto social sob regimes autoritários e, particularmente, pensarmos sobre seu caráter cambiante. O autor aponta que a formação de um sistema de campos de concentração e a instituição de novas políticas repressivas passou por pelo menos três fases distintas entre 1933 e 1945 e, sob este aspecto, busca demonstrar, simultaneamente, “como o consenso de modo geral se manteve em todas as três fases, o que mudou e por que algumas pessoas começaram a buscar uma saída” (2011, p. 23-24). Assim, o trabalho do historiador propõe compreender os comportamentos sociais, bem como a categoria de consenso, tendo em vista sua natureza “fluida”:

O consenso formou-se com rapidez, mas era e permaneceu pluralista, diferenciado e, às vezes inconsistente. Entretanto, conforme mostro neste livro, os alemães em geral se revelavam orgulhosos e contentes por Hitler e seus asseclas estarem afastando certos tipos de pessoas que não se encaixavam ou que eram consideradas “outsiders”, “antissociais”, “bocas inúteis” ou “criminosas”. (Gellately, 2011: 7-8)

Acredito que tal proposta, do ponto de vista metodológico – e, dessa forma, resguardadas as devidas diferenças entre duas experiências históricas em tudo distintas –, seja interessante para refletir sobre os comportamentos sociais no Brasil durante a ditadura civil-militar, a partir de 1964. Especificamente, ajuda-nos a compreender o pacto que se formou em torno do regime a partir do entendimento de sua natureza plural.

Nesse sentido, se tomarmos o período relativo aos dez primeiros anos da ditadura, encontramos aí pelo menos dois momentos distintos: o primeiro deles refere-se basicamente ao mandato do Marechal Castelo Branco, abrangendo o imediato pós-golpe e o processo de consolidação do regime – incluindo-se aí a implementação de fórmulas liberais para o combate à crise econômica, as primeiras cassações e Atos Institucionais, a criação de uma nova Lei de Segurança Nacional e de uma nova Constituição para o país. O segundo momento, tem início em 1967, com a ascensão do General Costa e Silva à Presidência e as mudanças expressivas que operou quanto aos rumos da política econômica e a imposição do Ato Institucional número 5, em 1968, dando ao regime amplos poderes. As mudanças na economia e na política de segurança nacional criaram as bases para, no governo seguinte, do General Emílio Médici (1969-1974), configurar-se um cenário ao mesmo tempo de bonança econômica e sucesso na caça aos “inimigos do regime”. É neste último momento que tomou

forma o chamado *milagre brasileiro* e também quando o regime viveu o ápice de sua popularidade, com a economia crescendo a índices elevados e a propaganda oficial mobilizando fortemente os sentimentos nacionais. Este é, ao mesmo tempo, o período de maior repressão e violência contra os opositores do regime, os anos de *chumbo*.

Assim, de forma resumida, pode-se dizer que o tipo de consenso existente em 1964 que possibilitou e favoreceu o golpe e a instituição da ditadura possuiu uma característica antes de tudo *defensiva* (Chirio, 2000/2001, p. 72): tratava-se de livrar o país da “ameaça comunista”, preservando as “verdadeiras tradições nacionais” contra o avanço de “ideologias exóticas”. Para tanto, era preciso que a nação estivesse atenta e se colocasse em posição de vigilância, colaborando para que o Brasil superasse as dificuldades e preservasse instituições como a Igreja e a Pátria. Além disso, era importante tolerar eventuais sacrifícios, como o arrocho econômico para colher, no futuro, as promessas de uma Pátria livre do comunismo.

Nesse sentido, o acordo social que caracterizou o momento da intervenção militar e os primeiros anos da ditadura – dos quais as Marchas da Família com Deus pela Liberdade tenham sido talvez, a manifestação mais expressiva – era expressivamente anticomunista. Agregava, igualmente, outros elementos importantes e que constituem determinada cultura política nacional, retomando, por exemplo, certas tradições conservadoras, muitas das quais eminentemente antidemocráticas.

Todavia, o mesmo não se pode dizer do consenso em torno do *Milagre*, o qual adquiriu novos contornos, qualitativamente distintos. Acredito que os anos do governo Médici representaram um momento no qual o pacto construído em torno do regime se modificou profundamente. Com os órgãos de informação e repressão aperfeiçoados e agindo a todo vapor, de fato, a luta contra o comunismo não era mais prioridade dos segmentos sociais que se reuniam em torno do regime. Este, todavia, soube mobilizar, de uma só vez, sentimentos cívicos, nacionalistas e de alívio – na medida em que a nação poderia se sentir livre da ameaça comunista. Uma grande euforia desenvolvimentista, aliada às expectativas de construção de um país moderno tomou lugar.

\*\*\*

Em 12 de junho de 1962 reuniram-se, sob liderança de Amélia Molina Bastos, professora primária aposentada, um grupo de mulheres que frequentava as missas na Igreja de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, Rio de Janeiro. Além delas, compareceram também o general Antonio de Mendonça Molina, irmão da anfitriã e o engenheiro e economista Glycon de Paiva, importante dirigente do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) (*Histórico*. Fundo CAMDE, AN, 1967: 2 e *Lista de sócios-fundadores*, Fundo IPÊS, AN, s/d: 20). Estava presente ainda o frei Leovigildo Balestieri, pároco de Ipanema, que explicava às mulheres reunidas naquele dia o que ele considerava uma “terrível situação”. E complementava: “e os homens não podem fazer nada, porque estão fracassados. Mas a mulher pode, é uma força nova, de grande influência que, se quiser, [sic] ainda salvará o país” (*Histórico*. Fundo CAMDE, AN, 1967: 2).

A *terrível situação* a qual se referia o padre não era estranha ao imaginário anticomunista tão característico daquela conjuntura de Guerra Fria: falava-se do *perigo comunista*, da suposta infiltração

que o governo vinha sofrendo desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961 (*Histórico*. Fundo CAMDE, AN, 1967: 2) e da ameaça que tal situação representava para a Pátria, para as famílias, para a Igreja. Foi então que dona Amélia, “profundamente impressionada pelas declarações dos três senhores, teve uma visão clara do perigo que ameaçava nossa pátria” (*Histórico*. Fundo CAMDE, AN, 1967, p. 3): “Eu, como sou muito católica, pensei logo, comunismo-ateísmo. Então eu tenho de defender a Igreja” (Pollanah, 1967, p. 161).

Nascia, assim, a CAMDE. É importante destacar, no entanto, que a organização desta associação não foi um caso isolado. No início da década de 1960, por todo o país surgiam entidades cívicas femininas. As mulheres reunidas ali apresentavam-se publicamente como *mães, esposas e donas de casa* e investiam-se de forte retórica conservadora e anticomunista com o objetivo de “alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático”<sup>2</sup>. Assim, o primeiro grupo a se articular foi a União Cívica Feminina de São Paulo (UCF/SP), em fevereiro de 1962 e em seguida, formou-se a CAMDE, apenas quatro meses mais tarde. Depois, nos primeiros meses de 1964, surgiram a Liga da Mulher Democrática (LIMDE) em Belo Horizonte e a Cruzada Democrática Feminina (CDF) no Recife e, nas vésperas do golpe, em 30 de março, foi fundada em Porto Alegre, sob orientação da UCF, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) (Cf. Simões, 1985, p. 28-35). A CAMDE foi, portanto, um dos primeiros grupos a se organizar e foi também um dos mais atuantes e de presença mais duradoura no cenário público nacional.

O grupo de Ipanema caracterizou-se pela formulação de um discurso eminentemente anticomunista, auto-definindo-se como organização “apartidária” e comprometida com a “defesa da democracia”, bem como com a “luta contra o comunismo e qualquer outro regime de força” (Fundo CAMDE, AN, *Diário de Notícias*, 22/04/1964). Sua liderança era composta por um pequeno grupo muito bem-delimitado socialmente: eram mulheres católicas, brancas, pertencentes às elites da zona sul carioca. Todavia, não se pode desconsiderar o poder de abrangência do discurso formulado pela CAMDE. Colocando-se como *mães* e falando em nome da *mulher brasileira*, seus clamores mobilizavam sentimentos e apelavam a tradições que não se restringiam às elites brasileiras, transcendendo também o espaço exclusivo do catolicismo e atraindo mulheres de outras religiões<sup>3</sup>. O medo de que o comunismo destruísse a família, a pátria e a Igreja era real e partilhado pelos mais diversos setores da população. Assim, após a fundação do núcleo central da CAMDE, em Ipanema, foram aparecendo núcleos da entidade em diferentes bairros, extrapolando, muitas vezes, os limites da rica zona sul: Santo Cristo, Botafogo, Tijuca, Méier, Santana, Ilha do Governador e Rocinha<sup>4</sup> (Simões, 1985, p. 32).

2 Discurso proferido por Maria Paula da Silva Caetano, por ocasião da comemoração do 30º aniversário da União Cívica Feminina de São Paulo. Documento mimeografado, sem data, do arquivo particular da oradora, p. 2-3.

3 O apelo a “Deus” e não à uma religião específica ou mesmo à cristandade, sintetizado no título do evento-apoteose organizado por essas mulheres, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, dá a medida do quanto o discurso destes grupos pretendiam mobilizar valores e instituições de identificação mais ampla: a família, a religião, a democracia. Ao mesmo tempo, a presença expressiva de entidades representantes de religiões protestantes, não cristãs ou mesmo as de matriz africana nas Marchas, ajuda a compreender que, em alguma medida, o objetivo das organizadoras foi alcançado.

4 Algumas cidades espalhadas pelo país também possuíam núcleos da CAMDE: no estado do Rio de Janeiro, cidades como Niterói (à época capital do estado) e Petrópolis; Florianópolis em Santa Catarina; e Juiz de Fora, Araxá, Uberaba e Itajubá em Minas Gerais.



Ao longo de aproximadamente dez anos em que a CAMDE exerceu atividades públicas, podemos distinguir contextos diferentes que definiram de modo direto a forma de organização e execução de suas atividades. De maneira mais geral, pode-se dividir a atuação do grupo em três momentos principais: o primeiro referente à conjuntura anterior ao golpe, compreendendo o intervalo de tempo existente entre o momento da fundação da entidade, em junho de 1962, e o início do mês de março de 1964. Já o segundo refere-se ao contexto relativo à intervenção militar propriamente dita, na qual a ação dos grupos femininos e, neste caso específico, da CAMDE teve papel central nas manifestações de apoio à intervenção militar que então se efetivava. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, organizadas pelos grupos femininos em todo o país sintetizam bem este momento. Por fim, a estruturação da militância no contexto dos governos presididos por militares e do gradual fechamento do regime até o encerramento das atividades da associação, em 1974 (Cordeiro, 2009).

Para os fins da reflexão que gostaria de propor neste momento, com ênfase no período pós golpe, acredito que possa ser interessante pensar a atuação feminina da CAMDE a partir de uma cronologia um pouco distinta: sem dúvida, é possível localizar o apogeu das atividades do grupo entre o momento de sua fundação em 1962 até a edição do Ato Institucional número 2 (AI-2), em outubro de 1965. Neste momento, como veremos, as mulheres tiveram atuação importante em defesa do que consideravam o “aprofundamento da Revolução”. Não obstante, a presença pública da CAMDE se faz sentir de maneira ainda bastante importante até o ano quente de 1968. A partir de 1969, no entanto, a presença pública do grupo tendeu a tornar-se mais esparsa, voltando-se, primordialmente para atividades de filantropia, até a desagregação do grupo em 1974.

Até 1965, quando o AI-2 extinguiu os partidos políticos existentes, pode-se analisar a atuação pública da CAMDE a partir das aproximações de suas demandas com aquelas que caracterizavam o eleitorado do partido conservador União Democrática Nacional (UDN). De toda maneira, se pensarmos o *udenismo* refletindo não apenas plataformas eleitorais, mas sim um movimento social anticomunista, moralista e antitrabalhista, temos aí uma boa chave para analisar a cultura política e o imaginário coletivo deste grupo o qual, deste ponto de vista, sobrevive ao fim do partido político (Grinberg, 2009).

Assim, de maneira geral, a prática política da CAMDE esteve sempre relacionada ao que podemos denominar uma *cultura política udenista*. Isso porque eram muitas e evidentes as aproximações entre os valores defendidos, que eram a própria razão de ser da UDN desde a sua fundação em 1945, e os motivos que levaram as *mães* cariocas a constituírem uma associação que militava contra o comunismo e em defesa das “instituições democráticas”. Difícil não identificar elementos constituintes da cultura política udenista, como, por exemplo, o elitismo de suas posturas aliado a um forte moralismo e a um sentimento anticomunista intenso (Benevides, 1981) aos sentidos das ações e dos discursos construídos pelas mulheres da CAMDE.

Sobre o período entre 1962 e 1965, podemos pensar que dificilmente as militantes da CAMDE não seriam eleitoras deste partido. Dificilmente uma agremiação política atendesse melhor as demandas daquelas mulheres que a UDN, embora a entidade insistisse em afirmar o caráter “apartidário” de suas posições. Sobretudo se considerarmos que estamos tratando de uma associação fundada na

Guanabara, estado governado, então, pelo polêmico e popular Carlos Lacerda. Em seu estudo sobre a UDN da Guanabara, Izabel Picaluga (1980) discute a importância do voto feminino para a UDN lacerdista, admite o peso dos grupos médios, nos quais “é reconhecida a preferência feminina por Lacerda”. E explica que, na Guanabara, o número de eleitores superava o de eleitoras em quase todas as zonas eleitorais, com exceção da 5ª zona, onde a vantagem da UDN sobre os demais partidos era histórica (Picaluga, 1980, p. 151). Não por acaso a 5ª zona eleitoral abrangia os bairros de Copacabana e Leme, região muito próxima ao lugar onde nasceu a CAMDE e residiam muitas de suas militantes. Em suma, na Guanabara, o lacerdismo possuía enorme força e foi capaz, por muito tempo, sobretudo antes do golpe, de aglutinar amplos segmentos sociais em torno das ideias defendidas pelo governador.

Assim, cabe destacar que, mesmo se auto-definindo como apartidária, a identificação com a cultura política udenista – mais que com o partido político UDN (embora houvesse identidade eleitoral com este também) –, foi a característica fundamental da militância da CAMDE em seus primeiros anos.

Em 1964, a atividade política do grupo viveu momento de grande intensidade, como se pode supor. Aliás, é importante que se destaque: tal atividade não se restringiu ao período mais específico do golpe, estendendo-se ao longo do ano e desdobrando-se em uma série de eventos e mobilizações. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade encontram-se, evidentemente, no centro de tais mobilizações, marcando o apogeu da trajetória da CAMDE e de outros grupos similares.

A ideia da Marcha nasceu em São Paulo, como uma reação ao discurso pronunciado por João Goulart no comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. De maneira geral, os setores das direitas organizadas receberam o comício com apreensão entendendo que, a partir de então, o presidente havia assumido uma aliança com as esquerdas e não mais hesitaria em romper com a legalidade constitucional para levar adiante seu programa reformista. No caso dos grupos femininos, um trecho em particular do discurso de Jango os deixou especialmente alarmados. O presidente falava em “exploração dos sentimentos cristãos”, “indústria do anticomunismo” e por fim, dizia que “os rosários não podiam ser levantados contra a vontade do povo” (Apud: Fico, 2004, p. 284).

A suposta “ofensa” de Goulart ao terço motivou os grupos femininos, primeiramente em São Paulo, mas depois em todo o país, a se articularem em um “movimento de desagravo ao rosário”. Assim, no dia 19 de março, convocadas pela UCF e por uma série de entidades cívicas, cerca de 500 mil pessoas saíram às ruas na capital paulista. Nascia a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, grandes manifestações de rua, que se espalharam por todo o país, representando “um pedido da sociedade civil às Forças Armadas para que realizassem uma intervenção ‘moralizadora’ das instituições, afastando do país o perigo comunista” (Presot, 2004, p. 15).

Poucos dias após a marcha paulista, a CAMDE começava a preparar a marcha carioca. Marcada para o dia 2 de abril, a ideia era, a princípio, “dar continuidade ao movimento em defesa da Constituição e da democracia iniciado em São Paulo” (Fundo CAMDE, AN, *O Globo*, 24/03/1964). No entanto, a marcha da Guanabara marcaria uma diferença com relação à primeira manifestação e com as que se

seguiram pelo interior do país depois do dia 19: com o desenrolar dos acontecimentos, a antecipação das tropas de Mourão Filho e a deposição de Goulart no dia 1o de abril, a marcha do dia 2 teria, então, um novo sentido. Tratava-se não mais de defender as instituições, mas de *comemorar* a intervenção militar, “salvadora” da pátria, da família e da religião. Era a *Marcha da Vitória*, a maior de todas elas, que levou cerca de 800 mil pessoas às ruas (*O Globo*, junho, 1964).

O discurso de Amélia Bastos durante a Marcha representa muito bem o tipo de sentimento partilhado por aquelas pessoas que participaram da manifestação. Falando em nome da “mulher brasileira” a diretora da CAMDE afirmava:

Hoje a palavra da mulher brasileira não pode ser a mesma de ontem, quando era súplica, advertência e apelo. [...] A súplica, foi ouvida por Deus; a advertência, pelos homens e mulheres desta pátria livre e soberana; o apelo, atendido pela maioria dos cidadãos responsáveis e, acima de tudo e de todos, pelas classes armadas. Honra e glória aos nossos soldados [...] Esta é, pois, a hora da oração a Deus por haver inspirado as forças da terra, mar e ar, guardiãs do regime, da ordem e da paz nacional, ao cumprimento dos deveres que a Constituição lhes assinala. (Matias, s.d.)

Para além das diferenças entre as Marchas de antes e depois do dia 31, Amélia Bastos explicava a mudança de sentimentos e o conforto que a intervenção militar trouxe para os vastos segmentos sociais que marcharam no dia 2 de abril. Assim, sobre aquele momento, é possível afirmar que os amplos segmentos que tomaram parte na Marcha estavam animados, antes, pela deposição de Jango. Não obstante, em alguma medida, os *vivas* dados às Forças Armadas evidenciavam já o consenso que se efetivava em torno da formação de um “governo revolucionário”.

No dia seguinte à manifestação, a CAMDE começou a trabalhar pela indicação do então general Castelo Branco à Presidência da República. Tratava-se, agora, de legitimar a “Revolução”, transformando em “chefe da nação” o chefe militar do movimento. A reunião das mulheres em torno de Castelo Branco imediatamente após o triunfo do golpe já indicava, de alguma maneira, que a liderança de Carlos Lacerda até então incontestável, ao menos na Guanabara, acabaria secundarizada pela CAMDE. Até as eleições legislativas de 1965, as mulheres oscilaram entre o estilo personalista de Carlos Lacerda e a “opção segura” pela continuação e aprofundamento da “ação revolucionária” com Castelo Branco. Não sem transtornos, a CAMDE optaria pela segunda alternativa. Sem que isso significasse, no entanto, uma ruptura com a cultura política *udenista*, mas sim com o lacerdismo.

A luta pela indicação de Castelo Branco à presidência significava a consolidação da *revolução* e somava-se a ela a batalha pela cassação dos mandatos dos “deputados comunistas”. A CAMDE falava, então, em “redemocratização” do país. Mas, para essas mulheres este processo estava intimamente vinculado à limpeza dos vestígios “comuno-carreiristas” existentes no país, que deveria ser feita a partir da reconstrução do governo em bases fortes e da punição intransigente de comunistas ou simpatizantes. Nesse sentido, para elas a manutenção da democracia relacionava-se intimamente ao expurgo do comunismo, já que a opção política por esse regime seria necessariamente a negação

da democracia. Assim, sentiam-se à vontade para pedir a punição dos possíveis opositores do novo regime e, sobretudo no momento de institucionalização deste, no qual a *ação revolucionária* ainda se fazia notar, podiam pedir a indicação de uma liderança *enérgica* à presidência sem se preocupar com processos eleitorais.

Aliás, de acordo com a definição de democracia da CAMDE, os processos eleitorais nunca foram uma preocupação central. Tanto que, em julho de 1964, quando foi prorrogado o mandato de Castelo Branco até 1967, cancelando-se, portanto, as eleições presidenciais previstas para 1965, a associação mais uma vez se colocaria ao lado do marechal-presidente. Dias antes da prorrogação do mandato, a CAMDE divulgava um manifesto no qual afirmava “a sua confiança no governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco” (Fundo CAMDE, AN, *Diário de Notícias*, 11/07/1964) e pedia à nação sua “cota de sacrifício” pelo bem do país. Ou seja, após o golpe, a preocupação central da CAMDE passou a se concentrar na necessidade de preservar e consolidar o regime, preferindo os militares no governo aos políticos tradicionais, mesmo os de direita. Nada mais coerente, pois a CAMDE, dizendo-se *apolítica* e *apartidária*, preferia os chefes militares, também não vinculados a partidos. A desconfiança contra a política e contra os políticos, contra os partidos; a preferência pela decisão política considerada como, antes de tudo, técnica, desprovida de “paixões ideológicas”: aqui está uma referência política interessante, que distingue, em certa medida, a CAMDE da UDN e dos demais partidos de direita.

Portanto, o período que se segue ao golpe pode ser analisado como um momento de *reorganização do consenso*. Mas, embora haja diferenças entre os modos de pensar e agir da CAMDE e da UDN como partido político, a cultura política *udenista*, fortemente anticomunista, autoritária, moralista e golpista continuava sendo um importante ponto de referência entre os setores conservadores da sociedade brasileira. Mesmo quando, a partir da prorrogação do mandato de Castelo Branco em julho de 1964 ou do Ato Institucional nº2, auge desse processo de *reorganização do consenso*, a influência udenista continua sendo forte. O ponto forte da *reorganização* se deu, na verdade, no que tangia ao lacerdismo.

As eleições estaduais de 1965 na Guanabara constituíram momento importante que precisa ser analisado com cuidado. É preciso compreender o cenário político-eleitoral da Guanabara e, sobretudo, é imprescindível que tentemos entender a dinâmica da adesão da CAMDE ao lacerdismo para entendermos a posição da entidade diante dos resultados das eleições e, principalmente, diante do AI-2.

Como já mencionamos, o consenso em torno do lacerdismo, sobretudo à época do surgimento da CAMDE, em 1962, é visível. Não obstante, logo após a “Revolução” a CAMDE teve que fazer uma escolha entre — pode-se colocar dessa forma — *lacerdismo* e *castelismo*. Tal escolha não era algo muito nítido. O próprio presidente Castello Branco se declarava um “udenista roxo”, admirador de Carlos Lacerda e Adauto Lúcio Costa” (Benevides, 1981, p.130).

A adesão ao *lacerdismo* não era apenas uma opção político-partidária: tratava-se de um posicionamento ideológico em torno da defesa de determinados valores, representados em âmbito nacional pelo *udenismo*, mas que no plano local, na Guanabara, ganhava contornos específicos em virtude não apenas da forte personalidade de Carlos Lacerda, mas também do peso da disputa eleitoral no estado, polarizada entre UDN e PTB. Tal disputa era capaz de mobilizar a população, sobretudo em virtude da tradição histórica e dos valores — opostos — que estes partidos representavam (Picaluga, 1980, p.66).

No entanto, após o golpe, o consentimento da CAMDE com relação a Lacerda, embora ainda fosse significativo, passou a ser relativizado em virtude da ascensão de uma nova liderança “revolucionária”: o presidente Castelo Branco.

Ainda em julho de 1964, quando da prorrogação do mandato de Castelo Branco, frustrando ambições presidenciais de Lacerda, a CAMDE se colocou a favor do primeiro, rompendo com o Governador da Guanabara em outubro desse mesmo ano. Essa posição, naquele momento, significava acreditar que o “aprofundamento da ação revolucionária” dependia do fechamento do regime e da concentração de poderes nas mãos do líder militar da *revolução*.

Tratava-se da adesão a um novo líder: Castelo Branco, adorado pelas mulheres da CAMDE. Em uma das entrevistas que realizei para minha dissertação de mestrado, por exemplo, uma das entrevistadas lembrava, saudosa, as palavras do economista Eugênio Gudin: “Tem um artigo do Gudin que ele dizia que o Castelo Branco tinha que ter feito um governo de pelo menos 10 anos. Pelo menos 10 anos!”<sup>5</sup>. E, a rigor, a adesão à ideia da prorrogação do mandato de Castelo foi partilhada inclusive pela UDN. O entendimento era de que, se o governo Castelo Branco fosse interrompido em 1966, o processo de *limpeza* que os militares levavam a cabo também o seria.

Não obstante, e apesar também de suas posições individualistas — contrariando às vezes as decisões de seu próprio partido —, o então governador da Guanabara só deixou de ser uma *opção* plausível de liderança — não somente para a CAMDE, mas entre os setores civis que o apoiavam, sobretudo na Guanabara — quando, em 1966, deu início às articulações para formar a Frente Ampla de oposição à ditadura, juntamente com seus antigos adversários políticos, João Goulart e Juscelino Kubitschek. Uma vez aliado a Goulart, contra quem o golpe foi dado em 1964, Lacerda já não podia ser mais considerado um “homem da Revolução”.

A edição do AI-2 marcava, portanto, o aprofundamento do consenso de 1964 em torno da consolidação e fortalecimento da ditadura. A posição da CAMDE é bastante representativa do apoio social que o governo teve neste sentido<sup>6</sup>. E não somente a CAMDE aderiu ao AI-2. Denise Rollemberg

5 Entrevista concedida à autora por três associadas que solicitaram anonimato. Rio de Janeiro, 12 set. 2006.

6 É importante mencionar que neste momento a CAMDE sofreu uma cisão em virtude de algumas associadas mais radicais considerarem as posições da diretoria a favor de Castelo Branco extremamente “moderadas”. Cf: Cordeiro, 2009, p.95-96.

(2008) verificou, por exemplo, o mesmo comportamento entre os advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Dentro da própria UDN, como observou Lúcia Grinberg (2009, p.60-61), eram muitas as declarações de “compreensão” com o governo, ou ainda de que “‘o patrimônio político’ e o ‘espírito’ udenista, para além da legenda, deveriam ser conservados”.

Dessa forma, a “revolução” foi levada adiante, com apoio de expressivos segmentos da sociedade civil. No caso da CAMDE, apesar da memória controversa das remanescentes do grupo no que tange ao consenso em torno do governo Costa e Silva, com o qual identificam o início da “ditadura militar” (Cordeiro, 2009, p. 160), na época em que o segundo general-presidente assumiu, Amélia Bastos afirmava ter “muita esperança nesse governo” e além disso, Costa e Silva era uma pessoa “muito comunicativa, muito acessível, de bom humor, inteligente” (Pollanah, 1967, p. 169).

Nesse sentido, se para os setores comprometidos com o regime de 1964 Castelo Branco era reverenciado como o *líder* da Revolução, na conjuntura em que Costa e Silva tomou posse — tendo em vista, sobretudo a radicalização dos movimentos de contestação à ditadura — era importante, para estes mesmos setores, consagrar a este presidente o papel de “continuador” e “aprofundador” da ação “revolucionária” iniciada em 1964. Por volta de 1967 e 1968, a CAMDE, em particular, continuava fortemente comprometida com o governo. É o que podemos perceber, por exemplo, em 1968, após a edição do Ato Institucional no 5, quando a associação divulgou uma mensagem de Natal na qual manifestava *fé* nos rumos da nação:

Ultimamente vivíamos um clima de intranquilidade, desordens e violências gerados pelo abuso de liberdade, utilizada para fins impatrióticos. Um paradeiro a estes desmandos se impunha, e veio, fazendo-nos retroceder aos idos de março de 1964. Recomecemos mais uma vez com mais ímpeto [...]. (Fundo CAMDE, AN, O Globo, 24/12/1968)

Este manifesto, divulgado na véspera do Natal, ou seja, apenas alguns dias após a edição do AI-5, demonstra bem a medida do apoio dado pela CAMDE a uma das medidas mais violentas adotadas pelo regime e que deu à ditadura plenos poderes. Mas a partir de 1969, após divulgar uma nota lamentando o sequestro do embaixador estadunidense no Brasil por organizações da esquerda armada, as manifestações políticas da CAMDE tornaram-se cada vez mais esparsas. A partir dos anos 1970, as mulheres se dedicaram sobretudo às atividades de assistência social, as quais aliás sempre foram realizadas pela associação, que possuía uma diretoria de obras sociais. Não obstante, nos últimos anos até 1974, quando finalmente a CAMDE encerrou suas atividades, elas se tornaram preponderantes.

\*\*\*

Os estudos existentes sobre a CAMDE normalmente dizem pouco ou nada sobre o fim do grupo. Uma primeira hipótese que se pode aventar diz respeito à centralidade da liderança do Presidente Castelo Branco. Apesar da adesão inicial à Costa e Silva, era perceptível que este não possuía o mesmo

prestígio que o Marechal líder do movimento de 1964. Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar que, em alguma medida, a intensa repressão contra estudantes de classe média em 1968 tenha gerado algum constrangimento a estas mulheres, mesmo que, em geral, elas reconhecessem a “necessidade” da imposição de medidas duras para retomada da “ordem”.

De acordo com Eudoxia Ribeiro Dantas, última diretora da associação, a CAMDE “entrou em recesso devido à não renovação da liderança” (Simões, 1985, p. 135-136). O argumento da ex-presidente da associação suscita mais questões do que propriamente uma explicação acabada a respeito do fim das atividades do grupo. Por exemplo: por que uma associação que havia usufruído de tanto prestígio e exercido papel tão destacado nos acontecimentos de 1964 teve problemas de renovação de seus quadros justamente quando o regime vivia seu momento de maior popularidade? É sintomático, por exemplo, que não haja qualquer tipo de manifestação das mulheres da CAMDE por ocasião das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972. Festa *cívica*, tão ao gosto da cultura política daquelas mulheres, mas da qual elas não participaram como grupo.

Para Solange Simões, as causas do encerramento das atividades dos grupos femininos em geral, passam por questões de ordem interna, mas também estão relacionadas com os rumos tomados pela ditadura: “esta vai cada vez mais lançar mão de medidas repressivas diretas em detrimento dos empenhos de ‘legitimação’ da nova ordem social e política” (1985, p. 135). Apesar das poucas informações sobre o fim das atividades do grupo — no arquivo da CAMDE não há referências a isso —, acredito no entanto, que o fato de o regime ter “lançado mão” deste tipo de legitimação civil não esgota a questão.

Aqui, há que se considerar, em primeiro lugar, uma característica essencial destas associações: o fato de se apresentarem publicamente como mulheres exercendo seus papéis tradicionais de mães, esposas e donas-de-casa transformava sua militância necessariamente em algo temporário. Seres privados, devotadas à família, sua saída às ruas, ao espaço público do fazer político apenas faria sentido diante de uma grande ameaça e, ainda assim, precisava ser autorizada pelos homens — maridos, padres, pais. Mais que isso: a *mulher de família* ocupa lugar sagrado no imaginário conservador das sociedades modernas. Suas motivações ao deixar o espaço que lhe pertence por natureza, o lar, transcendem o universo mesquinho e vil da política e não devem se misturar a ele. São de ordem moral, são necessariamente urgentes — a urgência que as “causas sagradas” exigem — e por isso o caráter temporário de sua ação pública. Assim, passado o *grande perigo* que ameaça não apenas o mundo da política, mas também o espaço privado — as duas esferas cada vez mais se distinguem e ao mesmo tempo se interpenetram na experiência moderna —, a mulher deve voltar aos seus papéis tradicionais, em benefício mesmo da harmonia familiar. Era dessa forma que as mulheres reunidas na CAMDE entendiam sua atuação política e, portanto, sua retirada da vida pública passava inevitavelmente por essa compreensão.

Por outro lado, é certo que os grupos femininos perderam, com o passar dos anos, o prestígio que tiveram na conjuntura das Marchas da Família e imediatamente após. Associar tal situação à preferência do regime pela utilização da repressão, no entanto, parece supor que o regime deveria optar ou pela mobilização de grupos conservadores da sociedade ou pela repressão. Não foi o caso.

A ditadura lançou mão da violência desde os primeiros dias, quando a CAMDE e outros grupos femininos atuavam a todo o vapor, mobilizando as opiniões conservadoras país afora. Por outro lado, durante os anos Médici, mesmo quando os mecanismos de repressão atuavam de forma profissional e organizada, a ditadura não abdicou de mobilizações populares, como demonstram as tentativas de capitalizar o sucesso da seleção nacional de futebol durante a Copa do Mundo de 1970 e as celebrações do Sesquicentenário da Independência em 1972. Não se tratava mais, é verdade, do tipo de mobilização que as mulheres representavam porque a natureza do pacto social não era mais a mesma.

Assim, o vigoroso processo de aperfeiçoamento e expansão pelo qual os órgãos de repressão e informação passaram durante o governo Médici não era incompatível com a necessidade de “eterna vigilância contra o inimigo interno”, elemento tão importante tanto para o discurso como para a militância de grupos como a CAMDE. Sob este aspecto, a atenção e os cuidados com relação às ameaças que rondavam o país continuaram sendo mobilizadas amplamente pelo regime, na medida mesmo em que eram elementos centrais da própria Doutrina de Segurança Nacional.

O que mudou, então? O governo Médici caracteriza-se por ser um dos momentos de maior popularidade do regime, quando a euforia desenvolvimentista que caracterizou os anos do milagre brasileiro somou-se à intensa campanha de mobilização dos sentimentos cívicos da sociedade. É difícil, portanto, não perceber nas mulheres da CAMDE um dos grupos beneficiados pelo milagre econômico e entusiasmados por ele. O milagre era justamente o tipo de “recuperação” econômica que elas pretendiam ver realizado, quando, por exemplo, em 1965, se engajaram na Campanha pela Economia Popular lançada pelo governo Castelo Branco (Cordeiro, 2009). Por isso apoiaram o “aprofundamento da ação revolucionária” através dos Atos Institucionais número dois e cinco.

Não obstante, os anos do governo Médici representam também um momento no qual o tipo de consenso em torno do regime se modificou profundamente. Nos primeiros anos da década de 1960 e nos momentos que se seguiram ao golpe de 1964 os setores conservadores da sociedade, insatisfeitos com os movimentos reformistas, bem como com o presidente Goulart, se reuniam em torno de um discurso marcadamente anticomunista, anticorrupção, em defesa da família, da religião e da democracia.

A ideia de conspiração marca profundamente este momento. Sobre o mito do complô ou da *conspiração* nas sociedades modernas, Raoul Girardet explica:

Serão evocados assim, sem grande risco de erro, os velhos terrores infantis e sua persistência tenaz através dos pesadelos da idade adulta: medo dos porões tenebrosos, das paredes sem saída que se fecham, das fossas escuras de onde não se sobe de novo; medo de ser entregue a mãos desconhecidas, de ser roubado, vendido ou abandonado; medo, enfim, do ogro, dos dentes carniceiros dos animais de presa, de tudo o que tritura, despedaça e devora. (1987, p. 57)

O homem do complô corporifica, para a sociedade, o medo. Medo das trevas, do estrangeiro, do desconhecido. O consenso que marcou os primeiros anos da ditadura esteve, nesse sentido,



profundamente ligado ao medo na forma da conspiração comunista. Ao mesmo tempo, tratava-se de um consenso que evocava a necessidade de sacrifício. Sacrifício pela Pátria, para livrá-la das ameaças da conjuração que a rondava. A própria forma como as mulheres justificavam a saída para o espaço público e sua atuação política carregava em si a ideia da “oferta solene”: ao deixar o mundo privado, o confortável e aconchegante espaço de seus lares – esferas preferenciais, porque naturais, de atuação –, as mulheres da CAMDE aceitavam o sacrifício em nome da preservação das instituições que davam sentido ao seu mundo: a Pátria, a religião e a família.

O pacto que caracterizou a primeira metade da década de 1970 era bastante diverso, embora guarde pontos em contato com o momento anterior. Assim, o anticomunismo manteve-se como um vetor importante e a ideia de conspiração permaneceu no horizonte, daí a importância da vigilância constante. Não obstante, a perspectiva do *sacrifício* já não possuía o mesmo poder de mobilização. Ao contrário, tratava-se, então, de um momento no qual o “otimismo estava sendo reinventado”, para recorrer à expressão de Carlos Fico (1997), embora o medo permanecesse presente e desempenhasse papel importante. Assim, na conjuntura de 1964 o medo do comunismo, da desordem e da participação popular no jogo político configurou aspecto importante do pacto em torno da ditadura. Em seguida, a partir da edição do AI-5 e da radicalização dos conflitos armados na cidade e no campo, o medo do *terrorismo* e dos *terroristas* passou a ocupar espaço central para a conformação do pacto que possibilitou não apenas a manutenção do regime mas também e de forma mais imediata, o aperfeiçoamento dos mecanismos de repressão. Era também uma forma de expressão do “medo do comunismo”, a qual, todavia, não supunha mais a necessidade de mobilização de grupos sociais, os quais podiam, de fato, relegar ao Estado a função de combater o inimigo e educar a sociedade – a juventude em especial – para que não cedesse mais às tentativas de cooptação.

Mas, para além da repressão, ou antes, paralelamente a ela, os anos do governo Médici representaram um período de intensa modernização do país. Por vias autoritárias e excludentes, é certo. De todo modo, tratou-se de um período em que, acelerando processos anteriores, o país transformou-se profundamente. De acordo com Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, “os governos militares representaram uma fase de profundas mudanças sociais”, com acelerado processo de industrialização e urbanização, provocando “o mais intenso processo de mobilidade social da história brasileira” (Luna & Klein, 2014, p. 66). Tal processo se ampliou expressivamente a partir dos primeiros anos da década de 1970, quando mudanças sociais de longo prazo ganharam impacto especial no contexto de crescimento econômico e das expectativas geradas pelo *milagre brasileiro*.

Além disso, era um momento de grande euforia nacional, em que vastos segmentos sociais sentiam-se confiantes no porvir e queriam celebrar. Eram verdadeiramente *tempos de comemoração* e de alucinado crescimento econômico (Cordeiro, 2009b). A sensação de que se estava construindo algo inteiramente novo, um país que finalmente ia *pra frente*, foi incentivada neste momento pela criação de uma agência de propaganda oficial, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e pela retomada de certo sentimento nacionalista ufanista, exacerbado pelas vitórias esportivas, pelos índices de crescimento econômico e pelas incontáveis obras – imensas, faraônicas – que cortavam o país de norte a sul. Daniel Aarão Reis sintetiza bem a ambivalência do período:

Anos carregados de terror e medo, porém prenhes de fantasias esfuziantes, transmitidas pela televisão, em cores, alucinados anos, com seus magníficos desfiles carnavalescos e tigras e tigrasas de toda sorte dançando ao som de frenéticos *dancin'days*. (2014, p. 91)

Ou seja, o Brasil se transformava de forma autoritária e aprofundando desigualdades, mas também, gerando expectativas de ascensão social e de modernidade. Os processos de modernização, urbanização e entrada do país na sociedade de consumo, as transformações culturais, econômicas e demográficas alteraram profundamente as relações sociais no país. Sob este aspecto, uma das mudanças fundamentais que teve lugar neste momento é aquela, lenta e gradual, que diz respeito ao papel da mulher na sociedade. É certo que o processo de modernização engendrado pela ditadura foi de tipo conservador. Ainda assim, é difícil supor que uma sociedade que se urbanizou e se transformou da maneira como ocorreu no Brasil durante os anos 1970, mantivesse intactos os papéis e as representações tradicionais sobre a mulher. Aqui contribuiu também o contexto internacional mais amplo, no qual intensificavam-se mudanças comportamentais, amplamente aprofundadas pelos movimentos de 1968. É também neste momento que se verificou alterações expressivas no comportamento feminino em relação à fertilidade e ao tamanho da família, inclusive no Brasil (Luna & Klein, 2014, p. 67).

Em 1964, Amélia Molina Bastos, diretora e fundadora da CAMDE foi escolhida pelo jornal *O Globo* como uma das dez personalidades do ano. Em 1965, o mesmo jornal a escolhia como “mãe do ano”. Dois anos mais tarde, dona Amélia afirmava em uma entrevista que “o primeiro dever da mulher é em relação à sua família”, embora admitisse que a mulher moderna devesse se engajar em uma tripla jornada: a doméstica, a profissional e também servir, de alguma forma, à comunidade. Sobre o divórcio, dona Amélia afirmava:

Eu não sou a favor do divórcio porque o considero um sacramento. Quem o instituiu foi Cristo. Os ministros do sacramento são os próprios cônjuges, que vão construir uma família, que será um futuro de renúncias, de alegrias e de tristeza. (Pollanah, 1967, p. 171)

Assim, se nos primeiros anos da ditadura Amélia Molina Bastos e a CAMDE, bem como as opiniões que expressavam, poderiam ser consideradas boas representantes de certo ideal feminino que o regime reivindicava, o mesmo não acontecia na primeira metade da década de 1970. A CAMDE e o comportamento soturno e circunspecto que elas sintetizavam e que o regime, de alguma maneira, exigia em seus primeiros momentos cediam lugar a uma sociedade que se modernizava de maneira acelerada. A imagem da *mãe, esposa, dona-de-casa*, que as mulheres da CAMDE tão bem simbolizavam, não dava conta de explicar o padrão médio da mulher brasileira durante os anos 1970. Este, por sua vez, refletia as ambivalências do processo de modernização conservadora: se a mulher ainda alimentava o sonho da família e dos filhos – o lar perfeito –, este parecia cada vez menos incompatível com a carreira profissional. Se dona Amélia falava da construção da família como ato de “renúncia”, a tendência, agora, era que as mulheres negociassem cada vez mais e renunciassem cada vez menos, embora a lei do divórcio apenas tenha sido aprovada dez anos após a entrevista

citada acima.

Em resumo, a complexidade do pacto social em torno da ditadura nos primeiros anos da década de 1970 – o qual envolvia não apenas repressão, censura e propaganda, mas também euforia desenvolvimentista, expectativas de construção do futuro e modernização conservadora –, ajuda a explicar o progressivo esvaziamento da CAMDE até o encerramento de suas atividades, em 1974, já durante o mandato do presidente Geisel.

Assim, a CAMDE passou pelos esfuziantes anos do *Milagre* calada. E o fato de terem encerrado suas atividades imediatamente após os *anos de chumbo* permite que hoje as mulheres reconstruam suas memórias baseadas, sobretudo, na ideia de que lutaram contra o comunismo, tendo se desencantado com o regime tão logo as perseguições aos estudantes se desencadearam a partir de 1968. Preservaram, dessa forma, certo orgulho por terem realizado as Marchas da Família em 1964 e sustentaram o quanto possível a memória de um governo Castelo Branco moderado, justificando, assim, sua participação ativa nele. Preferem, dessa forma, afirmar sua divergência com relação ao posterior endurecimento do regime, silenciando sobre o fato de que suas demandas durante o apogeu de sua militância caminharam muitas vezes nesse sentido (Cordeiro, 2009).

Silenciam, assim, sobre a complexa conjuntura que resultou na lenta desagregação da CAMDE e que pode ser explicada pela transformação pela qual passou o pacto em torno do regime: então, o Brasil do Milagre mirava o presente e a construção do futuro – a integração nacional, a multiplicação dos canteiros de obras, o progresso erigido em boa ordem. A mulher, ainda deveria ser mãe, seu papel principal, mas podia almejar sair às ruas não apenas para marchar pela família.

Não mais o temor do “império das trevas”, não mais a “angústia, dos alçapões bruscamente abertos, dos labirintos sem esperança, dos corredores infinitamente longos” (Girardet, 1987: 42) que bem caracterizam o mito da conspiração. Não mais as mães tementes e circunspectas de 1964, terços em punho, dispostas à marchar, dispostas à cruzada. Nos anos do *milagre*, sua luta merecia até ser lembrada, mas deveria ficar situada no passado, como lembrança da vitória em tempos de dificuldade, enquanto o país marchava, inexorável, rumo ao futuro, *para frente*.

## Fontes

Discurso proferido por Maria Paula da Silva Caetano, por ocasião da comemoração do 30o aniversário da União Cívica Feminina de São Paulo. Documento mimeografado, sem data, do arquivo particular da oradora.

Entrevista concedida à autora por três ex-diretoras da Camde que solicitaram anonimato. Rio de Janeiro, 12 set. 2006.

Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código PE.

Fundo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Arquivo Nacional/Codes. Documentos privados. Código QL.

*Jornal do Brasil*, 1961.

*O Globo*, 1962, 1964, 2010.

## Referências

Aarão Reirs, D. (2014). *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Benevides, M. V (1981). *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castro, R. (1999). *Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema*. São Paulo: Cia das Letras.

Chirio, M. (2000/2001). *Une nouvelle écriture du destin national. La commémoration de l'Indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985)*. Mémoire de Maîtrise d'Histoire. Université Paris I. Paris.

Cordeiro, J. Ma.(2009). *Direitas em movimento. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

\_\_\_\_\_. (2009b). "Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici". *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 22, p. 85-104.

\_\_\_\_\_. (2015). *A ditadura em tempos de Milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV.

Fico, C. (1997). *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

\_\_\_\_\_. (2004). *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record.

Gellately. (2011). *Apoiando Hitler. Consentimento e coerção na Alemanha Nazista*. Rio de Janeiro: Record.

Girardet, R. (1987). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Grinberg, L. (2009). *Partido político ou bode expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad.

Laborei, P. (2001). *Les français des années troubles. De la guerre d'Espagne a la Liberation*. Paris: Seuil.

Luna, F. V., Klein, H. (2014). «Mudanças Sociais no Período Militar (1964-1985)». In: Aarão Reis, D.; Ridenti, M.; Motta, R. Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar.

Magalhães, L. G. (2014). *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: Lamparina.

Matias, R. (1964). *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. São Paulo: União Cívica Feminina (UCF), [s.d.]. Arquivo particular de Gisella Guisard Milliet.

Picaluga, I. (1980). *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes.

Pollanah, S. M. S. (1967). "D. Amélia Molina Bastos ou como e onde marcha a CAMDE". e publicada na revista feminina *Livro de Cabeceira da Mulher, ano I, v. 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Presot, A. A. (2004). *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Quieroz, A. C. de Barros. "A República de Ipanema da cidade maravilhosa". Rio de Janeiro. *Anais do XV Encontro Regional de História – ANPUH/Rio*.

Rolleberg, D. (2008). "Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)". In: Aarão Reis, D.; Rolland, D. (Org.). *Modernidades Alternativas*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV.

Somões, Ss de Deus. (1985). *Deus, pátria e família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes.